

A Concertação pela Amazônia

O Brasil não terá cheque em branco para o clima, tema em que já foi líder global

Paulo Sotero, O Estado de S. Paulo

03 de março de 2021 | 03h00

A morte prematura de Arne Sorenson, presidente da cadeia de hotéis Marriott, privou a Amazônia e a causa da sustentabilidade ambiental de um de seus entusiastas no mundo dos negócios. Celebrado por seus amigos, parceiros e mesmo por concorrentes pelo compromisso ético e pela competência profissional com que transformou sua empresa na líder mundial da hotelaria em pouco mais de uma década, Sorenson sucumbiu inesperadamente a um câncer aos 62 anos, dia 15 de fevereiro.

No Brasil, ele é lembrado pelos iniciadores da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e por moradores comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma, no município de Novo Arapuanã, no sudoeste do Amazonas, que apoiou na fase inicial e permanece como iniciativa modelo da FAS. Trata-se do primeiro projeto de sustentabilidade ambiental no Brasil reconhecido como Redd, que quantifica a redução dos gases de efeito estufa obtida por contenção e reversão de desmatamento e habilita a entidade apoiadora a obter créditos de carbono por prestação de serviços ambientais, lastreando o argumento segundo o qual a floresta em pé é um ativo econômico e vale mais do que a floresta destruída.

Nascida de uma parceria com o governo do Estado e da FAS, a Reserva do Juma recebeu apoio do Bradesco, da Coca-Cola e de empresas que atuam na Zona Franca de Manaus, como a Samsung. O projeto é hoje referência para a Concertação pela Amazônia, iniciativa pioneira de mais de 200 líderes de empresas brasileiras e globais, instituições científicas e entidades da sociedade civil organizada em reação ao apagão político produzido pelo governo Bolsonaro numa área em que a participação do Brasil é indispensável e altamente promissora, se o País fizer o que é certo. Com a participação do Brazil Institute do Wilson Center, a Concertação reiniciou recentemente uma série de reuniões plenárias destinadas a identificar projetos colaborativos e afirmativos da presença e do interesse da sociedade civil no combate às mudanças climáticas.

Refletida num bem informado artigo de Jamil Chade, a atitude cautelosa de Washington após a conversa entre o enviado especial do governo Biden para mudanças climáticas, o ex-secretário de Estado John Kerry, e dois ministros de Bolsonaro justifica o cálculo da Concertação sobre a necessidade de estabelecer canais de comunicação efetivos entre as sociedades civis dos dois países. Os comentários oficiais sobre a consulta com Kerry, em si um sinal positivo de distensionamento, deixam pouco espaço para esperança. O Brasil apresenta-se como um indigente que precisa ser pago para atuar em seu próprio interesse e participar de maneira séria e consequente na discussão de temas globais que lhe dizem diretamente respeito e nos quais deveria ter protagonismo construtivo, se disso seus líderes fossem capazes. Doadores internacionais têm posto recursos à disposição para o País atuar na área ambiental na Amazônia de forma estruturada, profissional e responsável – o oposto do que os dirigentes do governo têm buscado: um cheque em branco para gastar como bem entenderem. O problema vai além da falta de recursos, interesse ou competência para lidar com os complexos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Faltam, acima de tudo, inteligência e boa-fé.

Em setembro de 2019, instado por representantes do agronegócio – setor competitivo e internacionalmente integrador da economia brasileira –, o Wilson Center hospedou uma conversa reservada entre líderes de organizações ambientalistas dos EUA e o ministro do Meio Ambiente,

Ricardo Salles. Participaram dirigentes e altos executivos de nove das principais entidades do setor, entre eles os presidentes da Conservation International e do World Resources Institute, diretores da Nature Conservancy, do World Wildlife Fund, da National Geographic Society e do Laboratório de Ciências da Biosfera da Nasa. Salles usou a ocasião para apresentar o argumento que repetiu agora a Kerry, na companhia do chanceler da República: o Brasil fará o que não fez no governo Bolsonaro e protegerá suas florestas, mas precisa ser pago para fazê-lo. A menção feita na conversa com Kerry ao bloqueio do Fundo Amazônia – constituído por doações da Noruega e da Alemanha e gerenciado pelo BNDES – seria suficiente para desmoralizar o argumento se o próprio Salles não se tivesse antecipado, em maio passado, quando afirmou durante uma reunião ministerial que o governo deveria aproveitar a comoção causada pelo coronavírus para “passar a boiada” e alterar leis e regulamentos que dificultam o desmatamento.

O episódio é conhecido em Washington e ao redor do mundo e se soma a outras decisões e declarações que sublinham a inapetência e o despreparo do Brasil oficial para participar com seriedade das deliberações sobre mudanças climáticas que o presidente Joe Biden elevou ao topo da agenda internacional. Uma pena, porque o Brasil já foi líder global nas negociações mundiais sobre clima, juntamente com a União Europeia, a China e a Índia, além dos Estados Unidos, naturalmente.

JORNALISTA, É PESQUISADOR SENIOR DO BRAZIL INSTITUTE NO WILSON CENTER, EM WASHINGTON

Tudo o que sabemos sobre:

Joe Biden

Fundo Amazônia

desmatamento

aquecimento global

Paulo Sotero

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

DESTAQUES EM OPINIÃO

No Brasil, a crise precedeu a covid

A troca de chefia no Inep

Investimento no caos
